



2.ª Edição, número 5, setembro de 2022



## EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para a UGT a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



## EM DESTAQUE

### ONU aprova resolução sobre meio ambiente saudável como direito humano

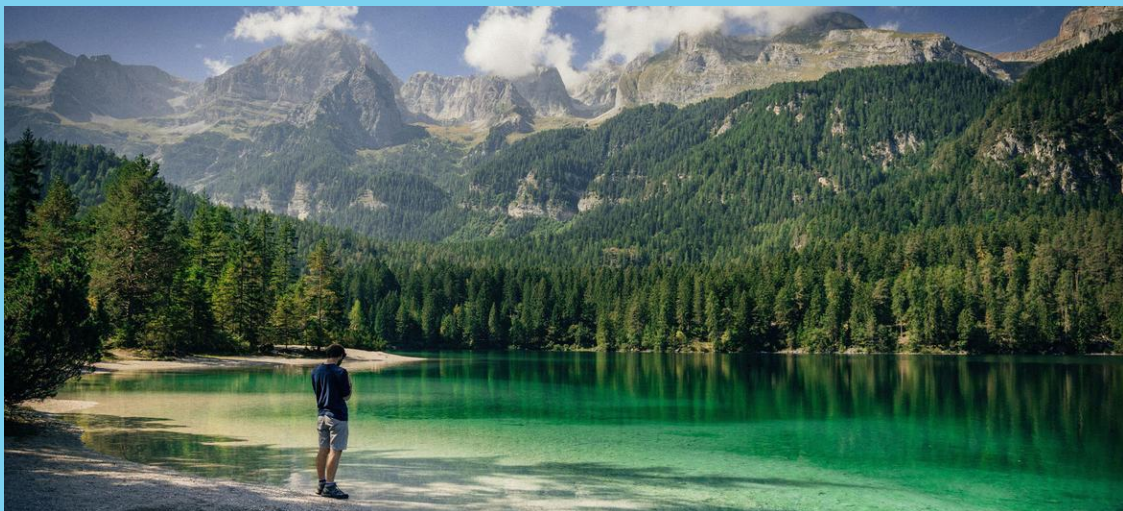


Imagem com DR

**Texto foi adotado pela Assembleia Geral com 161 votos a favor e oito abstenções; documento incentiva Estados a cumprir compromissos**

## **internacionais e impulsionar esforços.**

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano.

A decisão incentiva os países a implementar seus compromissos internacionais e aumentar esforços para realizá-los. O documento enfatiza ainda que todos sofrerão os efeitos agravados das crises ambientais, se não cooperarem agora para evitá-los.

### **Mudança do clima**

A adoção da resolução 76/300 da Assembleia Geral segue-se à votação de um [texto similar pelo Conselho de Direitos Humanos](#), em outubro.

O Secretário-geral da ONU, António Guterres, reagiu à “resolução histórica” sublinhando que o documento demonstra que os Estados-membros podem se unir na luta coletiva contra a tripla crise planetária de mudança climática, perda de biodiversidade e poluição.

Em nota, ele ressalta que a decisão ajudará a reduzir as injustiças ambientais, cobrir as lacunas de proteção e capacitar as pessoas, especialmente aquelas em vulnerabilidade, incluindo defensores de direitos humanos ambientais, crianças, jovens, mulheres e povos indígenas.

### **Realidade**

O chefe da ONU acredita que a medida também ajudará os Estados a acelerar a implementação de suas obrigações e compromissos ambientais e de direitos humanos.

Na sua opinião, a comunidade internacional deu um cunho universal a esse direito aproximando os países para torná-lo uma realidade para todos. Guterres pede aos países que tornem o direito “uma realidade para todos, em todos os lugares”.

Um dos fundamentos é que o direito ao meio ambiente saudável esteja relacionado ao direito internacional vigente e sua promoção exige a plena implementação dos acordos ambientais multilaterais.

### **Catástrofe climática**

Sobre a adoção, a alta comissária Michelle Bachelet disse que a decisão reflete que todos os direitos estão ligados à saúde do meio ambiente.

Para ela, “todas as pessoas, em todos os lugares, têm o direito de comer, respirar e beber sem envenenar seus corpos e, ao fazê-lo, poder viver harmoniosamente com o mundo natural, sem ameaças crescentes de colapso do ecossistema e catástrofe climática”.

O documento destaca o impacto das mudanças climáticas, da gestão e do uso insustentável dos recursos naturais, a poluição do ar, da terra e da água, a má gestão de produtos químicos e resíduos e a consequente perda de biodiversidade interferem no gozo desse direito.

### **Qualidade de vida**

A resolução enfatiza que o dano ambiental tem implicações negativas, diretas e indiretas para o gozo efetivo de todos os direitos humanos.

Para o relator especial sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente, David Boyd, a resolução “tem o potencial de ser um ponto de virada para a humanidade, melhorando a vida e o gozo dos direitos humanos de bilhões de indivíduos, bem como a saúde do planeta”.

Ele disse que a saúde e a qualidade de vida de todos dependem diretamente de ar limpo para respirar, água potável para beber, alimentos produzidos de forma sustentável para comer, ambientes não tóxicos, clima seguro e biodiversidade e ecossistemas saudáveis.

O especialista realça que o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável, reconhecido universalmente, inclui todos esses elementos essenciais.

Fonte:

[ONU News](#) - Perspectiva Global

## Lei Europeia do Clima: Conselho e Parlamento chegam a acordo provisório

### Comunicado de imprensa atualizado em 5 de maio de 2021

Os negociadores do Conselho e do Parlamento Europeu chegaram a um acordo político provisório que consagra na lei o **objetivo de alcançar uma UE com impacto neutro no clima até 2050** e uma meta coletiva de redução líquida das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os valores de 1990.

"Estamos muito satisfeitos com o acordo provisório hoje alcançado. A Lei Europeia do Clima é a "lei das leis" que estabelece o quadro para a legislação da UE em matéria de clima para os próximos 30 anos. A UE está fortemente empenhada em alcançar a neutralidade climática até 2050 e podemos hoje orgulhar-nos de ter consagrado um objetivo climático ambicioso que possa ser apoiado por todos. Com este acordo, estamos a enviar ao mundo uma mensagem forte – mesmo nas vésperas da Cimeira dos Líderes sobre o Clima de 22 de abril – e a abrir caminho para que a Comissão proponha, em junho, o seu pacote em matéria de clima "Preparados para os 55".

João Pedro Matos Fernandes – ministro do Ambiente e da Ação Climática

No que diz respeito à meta para 2030, os negociadores acordaram na necessidade de dar prioridade à redução das emissões em detrimento das remoções.

A fim de assegurar que sejam evitados esforços suficientes para reduzir e prevenir as emissões até 2030, os negociadores introduziram um limite de 225 Mt de equivalente de CO<sub>2</sub> para a contribuição das remoções para a meta líquida. Acordaram, ainda, que a União deve procurar alcançar um maior volume de sumidouro líquido de carbono até 2030.

Outros elementos do acordo provisório incluem a criação de um Conselho Consultivo Científico Europeu sobre as Alterações Climáticas, composto por 15 peritos científicos de alto nível de diferentes nacionalidades, com um máximo de dois nacionais do mesmo Estado-Membro, e com um mandato de quatro anos.

Este conselho independente será incumbido, entre outras coisas, de prestar aconselhamento científico e apresentar relatórios sobre as medidas da UE, as metas climáticas e os orçamentos indicativos de gases com efeito de estufa, bem como sobre a sua conformidade com a Lei Europeia do Clima e com os compromissos internacionais assumidos pela UE no âmbito do Acordo de Paris.

Os negociadores acordaram que a Comissão proporá uma meta climática intermédia para 2040, se for caso disso, o mais tardar no prazo de seis meses após o primeiro balanço mundial realizado no âmbito do Acordo de Paris. Nessa mesma altura, publicará um projeto de orçamento indicativo da União em matéria de emissões de gases com efeito de estufa para o período 2030-2050, acompanhado da metodologia subjacente.

O orçamento é definido como o volume total indicativo das emissões líquidas de gases com efeito de estufa (expressas em equivalentes de CO<sub>2</sub> e fornecendo informações separadas quanto a emissões e remoções) que se prevê que sejam emitidas nesse período sem pôr em risco os compromissos assumidos pela União no âmbito do Acordo de Paris.

Os negociadores acordaram também que a Comissão colaboraria com os setores da economia que optem por elaborar roteiros voluntários, a título indicativo, para alcançar o objetivo de neutralidade climática da União até 2050.

A Comissão acompanharia a elaboração desses roteiros, facilitaria o diálogo a nível da UE e partilharia as melhores práticas entre as partes interessadas pertinentes.

O acordo provisório também estabelece o objetivo indicativo de a UE procurar atingir emissões negativas após 2050.

O acordo político provisório está sujeito à aprovação do Conselho e do Parlamento, antes de passar por todos os trâmites formais do processo de adoção.

O acordo provisório foi alcançado pela Presidência portuguesa do Conselho e pelos representantes do Parlamento Europeu, com base nos mandatos das respetivas instituições.

## **Contexto**

Nas suas conclusões de 12 de dezembro de 2019, o Conselho Europeu aprovou o objetivo de alcançar uma UE com impacto neutro no clima até 2050, em consonância com os objetivos do Acordo de Paris, reconhecendo, porém, a necessidade de criar um quadro facilitador que beneficie todos os Estados-Membros e englobe instrumentos, incentivos, apoio e investimentos adequados para assegurar uma transição eficaz em termos de custos, justa, bem como socialmente equilibrada e equitativa, tendo em conta os diferentes condicionalismos nacionais em termos de pontos de partida.

Em 4 de março de 2020, a Comissão Europeia adotou a sua proposta de Lei Europeia do Clima, enquanto parte importante do Pacto Ecológico Europeu. Em 17 de setembro de 2020, a Comissão adotou uma proposta que altera a sua proposta inicial, a fim de incluir uma meta revista de redução das emissões da UE de, pelo menos, 55 % até 2030.

A Comissão publicou igualmente uma comunicação sobre o plano para atingir a meta climática em 2030, acompanhada de uma avaliação de impacto exaustiva.

Em 10 e 11 de dezembro, o Conselho Europeu aprovou, nas suas conclusões, uma meta vinculativa da UE que consiste numa redução interna líquida de, pelo menos, 55 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2030, em comparação com os valores de 1990.

[Saiba mais Aqui.](#)

# PARLAMENTO EUROPEU

## Eurodeputados defendem energias renováveis e poupança de energia



Imagem com DR

Os planos apresentados no âmbito do pacote **"Fit for 55"** para acelerar a energia renovável e reduzir o consumo de energia até 2030 serão votados pelos eurodeputados na terça-feira.

Os eurodeputados votam uma revisão da Diretiva das Energias Renováveis, conforme alterada pela Comissão da Indústria, Investigação e Energia do Parlamento Europeu, que aumentaria a percentagem das energias renováveis no consumo total de energia da UE para 45% até 2030.

De acordo com a proposta, a utilização de energias renováveis no setor dos transportes deve levar a uma redução de 16% nas emissões de gases de efeito estufa, através do uso de percentagens mais elevadas de biocombustíveis avançados e uma quota mais ambiciosa para combustíveis renováveis de origem não biológica, como o hidrogénio.

Os eurodeputados também votam uma revisão da Diretiva da Eficiência Energética, que estabelece metas de economia de energia no consumo de energia [primária](#) e [final](#) na UE. A proposta exigiria que os Estados-Membros assegurassem coletivamente uma redução do consumo de energia de pelo menos 40% até 2030 no consumo de energia final e 42,5% no consumo de energia primária em comparação com os valores de 2007.

### Contexto

A Comissão Europeia adotou o pacote **'Fit for 55'**, a 14 de julho de 2021, adaptando a legislação existente sobre clima e energia para atender ao novo objetivo da UE de uma redução mínima de 55% nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2030. Um elemento do pacote é a revisão da Diretiva de Energias Renováveis (RED II), que ajudará a UE a cumprir a nova meta de 55% de GEE.

O pacote "Fit for 55" também inclui uma reformulação da Diretiva da Eficiência Energética, que atualmente define o nível de poupança de

energia que a UE precisa fazer para cumprir a meta acordada de 32,5% de melhorias na eficiência energética até 2030. A reformulação exigiria que os Estados-Membros quase duplicassem as suas obrigações anuais de poupança de energia.

[Saiba mais Aqui.](#)

## Esclarecimento sobre o Pacto Ecológico Europeu

### Objetivo 55

A Lei Europeia em matéria de Clima faz da consecução do objetivo climático da União de reduzir as emissões da UE em, pelo menos, 55 % até 2030 uma obrigação legal. Os países da UE estão a trabalhar em nova legislação para atingir este objetivo e alcançar a neutralidade climática da UE até 2050.

### O que é o Pacto Ecológico Europeu?

O Pacto Ecológico Europeu é um pacote de iniciativas estratégicas que visa colocar a UE na via rumo a uma **transição ecológica**, com o objetivo último de alcançar a neutralidade climática até 2050.

Apoia a transformação da UE numa sociedade justa e próspera, com uma **economia moderna e competitiva**.

Sublinha a necessidade de uma abordagem holística e transetorial, em que todos os domínios de intervenção pertinentes contribuam para o objetivo final relacionado com o clima. O pacote inclui iniciativas que abrangem o clima, o ambiente, a energia, os transportes, a indústria, a agricultura e o financiamento sustentável – que estão todos intimamente interligados.

O Pacto Ecológico Europeu foi lançado pela Comissão em dezembro de 2019 e o Conselho Europeu tomou nota do mesmo na sua reunião de dezembro.

A transição para a neutralidade climática trará oportunidades significativas, tais como potencialidades em termos de crescimento económico, de novos modelos de negócio e de novos mercados, de novos empregos e de desenvolvimento tecnológico.

### Quais são as iniciativas incluídas no Pacto Ecológico?

### Objetivo 55

O pacote "**Objetivo 55**" visa traduzir em legislação as ambições do Pacto Ecológico.

O pacote consiste num conjunto de propostas destinadas a rever a legislação relacionada com o clima, a energia e os transportes e a criar novas iniciativas legislativas para **alinhar a legislação da UE com os seus objetivos climáticos**. O pacote inclui:

- a revisão do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia (CELE), incluindo o seu alargamento ao setor dos transportes marítimos e a revisão das regras relativas às emissões

do setor da aviação, bem como a criação de um sistema de comércio de licenças de emissão para os setores dos transportes rodoviários e dos edifícios

- a revisão do Regulamento Partilha de Esforços no que respeita às metas de redução dos Estados-Membros em setores não abrangidos pelo CELE
- a revisão do Regulamento LULUCF relativo à inclusão das emissões e das remoções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, com a alteração do uso do solo e com as florestas
- a alteração do regulamento que estabelece normas de emissões de CO<sub>2</sub> para automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros
- a revisão da Diretiva Energias Renováveis
- a reformulação da Diretiva Eficiência Energética
- a revisão da Diretiva Tributação da Energia
- um mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço
- a revisão da Diretiva Infraestrutura para Combustíveis Alternativos
- a iniciativa ReFuelEU Aviation que visa combustíveis sustentáveis para a aviação
- a iniciativa FuelEU Maritime que visa um espaço marítimo europeu ecológico
- um fundo social para o clima
- a revisão da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios
- a redução das emissões de metano no setor da energia
- a revisão do terceiro pacote energético relativo ao gás

[Saiba mais Aqui. Descarregue as infografias.](#)

## Conteúdos de referência Internacional

### ONU: Mundo pode atingir neutralidade em carbono até 2050



Imagem com DR



Estudo da Comissão Económica da Europa, Unece, revela que ações ousadas e sustentadas têm de começar agora para maximizar uso de tecnologias de baixo e zero carbono; relatório Caminho para a Neutralidade na Europa, América do Norte e Ásia Central antecede realização da COP27, no Egito.

Apesar de crises energéticas e desafios internacionais, o mundo ainda tem como alcançar a neutralidade em carbono se tomar as providências certas. Esta é a conclusão de um relatório da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, Unece, divulgado nesta segunda-feira.

### **Investimento considera atrasos eventuais**

O documento reflete a opinião de peritos internacionais e estatísticos da Europa, da América do Norte e Ásia Central e lista uma série de soluções políticas e de tecnologia para a região alcançar a neutralidade em carbono até 2050.

O estudo revela que o investimento em energia com base numa porcentagem do Produto Interno Bruto, PIB, terá de subir de 1,24% em 2020 para 2,05% por ano de 2025 a 2050.

Isso valoriza o montante necessário entre US\$ 44,8 trilhões e 47,3 trilhões até 2050 considerando qualquer atraso adicional na tomada de ações.

### **Temperaturas extremas causam estragos caros**

Um dos exemplos são os custos de eventos causados por temperaturas extremas, registrados neste verão e durante os últimos anos. A falta de ação custa muito mais para a sociedade.

A secretária-executiva da Comissão Económica para a Europa, Unece, afirma que a falta de ação é uma escolha política que levará a desafios ainda maiores no futuro. Olga Algayerova acredita que apenas ações imediatas e sustentadas podem descarbonizar a energia para evitar um desastre climático.

O relatório da ONU é um lembrete sombrio de que o aumento de investimento em combustíveis fósseis é uma ilusão a partir do momento em que tecnologias de baixo e zero carbono estão disponíveis.

A comissão da ONU afirma que os governos precisam abraçar as políticas de apoio à neutralidade em carbono criando formas de financiar uma transição justa para sistemas energéticos neutros em carbono.

Atualmente, mais de 80% do mix de energia primária em países cobertos pela Unece é baseado em combustíveis fósseis. Os modelos climáticos indicam que as ações nacionais, no momento, e os alvos internacionais do Acordo de Paris e da COP26 falham na neutralidade em carbono e na meta de manter a temperatura global em até 2°Celsius.

**O relatório indica que para alcançar a neutralidade será preciso:**

- Diversificar o fornecimento de energia primária e final com todas as tecnologias de baixo e zero carbono.
- Acelerar a eliminação gradual de combustíveis fósseis.
- Aumentar a eletrificação de todos os setores com foco na energia renovável e na energia nuclear.

Novas formas de armazenamento de energia (elétrico, mecânico, térmico e químico) precisarão de ser desenvolvidas para reduzir a necessidade de backup energético.

- Construir a capacidade para apoiar a inovação generalizada de tecnologias de baixo e zero carbono incluindo sequestro de carbono, uso e armazenamento, Ccus, hidrogênio e energia nuclear avançada. Ainda que as abordagens sejam diferentes no nível sub-regional na Europa, o relatório aponta políticas específicas para os governos. O documento também pede o aumento da transferência de tecnologia e a mobilização da capacidade institucional para planejar e dirigir sistemas de energia transformadores.

Essas ações podem apoiar a adoção dessas medidas por todos os interessados para formar sistemas seguros e acessíveis neutros em carbono. Os países devem também levar em conta o impacto comparativo das tecnologias.

O relatório lembra que uma cooperação internacional coordenada é essencial para alcançar a neutralidade em carbono. A agência da ONU fornece uma plataforma para esses novos padrões regras e normas de um estilo de vida que integre essas mudanças em parcerias público-privadas.

Nesta semana, o Palácio das Nações, sede da ONU em Genebra, abriga a Semana da Energia Sustentável que conta com representantes dos 56 países da Unece.

O evento debate a formação de sistemas mais limpos de energia. Os organizadores lembram que a Covid-19 foi apenas uma de uma série de crises enfrentadas pela região europeia o que se traduz em desafios e expõe as vulnerabilidades dos sistemas energéticos.

Fonte:

[ONU News](#) - Perspectiva Global

## ETUI

### Reflexão - O verão de crises em cascata



Imagem com DR

O verão de 2022 deveria ser o "regresso à normalidade" após dois anos de crise devido à pandemia Covid-19. No final de 2021, a maioria dos meios de comunicação europeus e internacionais estavam bastante

otimistas sobre a situação da saúde global e a próxima recuperação económica.

Mas então o mundo foi confrontado com o retorno desagradável da geopolítica da energia, e isso com uma vingança. Embora os preços da energia já tivessem subido no final de 2021, a Guerra de Putin contra a Ucrânia mudou completamente as prioridades políticas dos líderes europeus e internacionais. A guerra tinha regressado à Europa!

Foi notável que, nesses primeiros meses do conflito, os debates políticos se concentraram nos impactos para a política de defesa europeia e para a OTAN, e muito pouco foi escrito sobre os efeitos dramáticos que a guerra teria na explosão dos preços da energia quando o líder russo começasse a armar seu poder de combustível fóssil. Confirmação da **"cegueira energética"** dos meios de comunicação social e das elites económicas?

Agora, o "choque energético" transformou-se num choque de "custo de vida" de explosão dos preços da energia e da inflação, ameaçando as famílias, as pequenas empresas e todo o tecido social e económico.

Os líderes políticos de todos os países europeus parecem estar perdidos, tentando encontrar as soluções certas não só para as consequências sociais do aumento dos preços da energia (pobreza energética iminente), mas também para os desafios de potenciais apagões de eletricidade e racionamento de energia para o próximo inverno.

Nesta edição do nosso boletim informativo, centramo-nos nos esforços da UE e dos seus Estados-Membros para lidar com os piores efeitos do desafio energético.

No seu **artigo** sobre a proposta da Comissão Europeia de «Poupar gás para um inverno seguro», o investigador associado do ETUI, Paolo Tomassetti, analisa os pontos fortes e fracos dos planos da UE do ponto de vista da justiça social.

O investigador sénior Béla Galgóczi elaborou uma panorâmica das respostas nacionais para proteger os utilizadores finais do aumento dos preços da energia, resumindo as medidas tomadas em alguns Estados-Membros selecionados.

O choque energético da UE parece ter ofuscado muito do Green Deal e das políticas climáticas que, a par da pandemia, têm sido as principais prioridades dos líderes da UE nos últimos anos.

Os fenómenos meteorológicos extremos e trágicos associados à emergência climática em vários países (incêndios florestais, **secas**, inundações) e o facto de o verão de 2022 ter sido **o mais quente de que há registo**, não conseguiram evitar que a agenda verde da UE fosse duramente atingida pelas consequências da crise energética.

Em alguns países (mesmo com partidos verdes fazendo parte do governo, como a Alemanha), o retorno ao carvão para lidar com a diminuição da oferta de gás e os preços exorbitantes, juntamente com debates renovados sobre a necessidade de manter as usinas nucleares abertas e até mesmo construir novas, tornaram as grandes ambições de se tornar neutras em carbono até 2050 bastante questionáveis.

Mas, é claro, o caos climático não vai desaparecer, e é de esperar que a Europa enfrente enormes ondas de **migrantes climáticos** (mesmo dentro das suas próprias fronteiras) no futuro.

O Departamento de Educação da ETUI organizará, portanto, um webinar especial sobre o desafio da migração induzida pelo clima nos dias 17 e

18 de janeiro de 2023 (mais sobre isso no [artigo de Franklin Kimbimbi](#)). Sobre este desafio das migrações climáticas, leia também a [crítica do The Guardian ao magnífico livro 'Nomad Century', do The Guardian Vince](#).

Felizmente, neste verão difícil para a Europa, melhores notícias vieram dos Estados Unidos, onde os democratas e o presidente Biden conseguiram obter um acordo climático de compromisso através do Congresso. A chamada "Lei de Redução da Inflação" é objeto de uma [boa análise crítica](#) por Dimitris Stevis, professor de Ciência Política da Colorado State University e membro da Associação Americana de Professores Universitários/Federação Americana de Professores. Dimitris analisou os principais elementos do acordo climático, destacando as reações dos sindicatos americanos.

Dito isto, o futuro a curto e a longo prazo da Europa dependerá da forma como os seus líderes forem capazes de lidar com as emergências energéticas e climáticas e os seus impactos socioeconómicos. A crescente pobreza energética, a recessão económica e as dificuldades sociais podem transformar o outono e o inverno de 2022 numa tempestade perfeita de agitação social e política.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS.

[Aceda à versão original Aqui.](#)

## Parlamento Europeu debate pacote "Fit for 55" da UE



Imagem com DR

Em 8 de junho, o Parlamento Europeu não adotou três propostas legislativas essenciais do [pacote «Fit for 55» da Comissão Europeia](#).

Numa sessão plenária caótica, os eurodeputados não conseguiram chegar a acordo [sobre a reforma do mercado](#) de carbono da UE (RCLE), a introdução de um [imposto fronteiriço](#) sobre o carbono (CBAM) e a criação de um [Fundo Social para o Clima](#), depois de o Grupo PPE – sob pressão da oposição maciça da indústria – ter tentado diluir o compromisso alcançado na Comissão do Meio Ambiente.

O principal desacordo dizia respeito à rapidez com que as licenças de CO2 para a indústria deveriam ser progressivamente eliminadas.

Uma semana mais tarde, os negociadores dos grupos políticos chegaram a acordo sobre um novo texto de compromisso, que será agora novamente votado em sessão plenária em 22 de junho, antes de prosseguir para discussões tripartidas com a Comissão e o Conselho.

Em resultado da guerra na Ucrânia e do aumento do custo de vida devido à inflação, a batalha sobre as políticas climáticas da UE intensificou-se claramente. No período que antecedeu a nova votação no Parlamento na próxima semana, 10 Estados-Membros (Dinamarca, Alemanha, Finlândia, Áustria, Eslovénia, Países Baixos, Espanha e outros) [expressaram preocupação com as tentativas de enfraquecer as ambições verdes da UE](#).

Para mais informações sobre esta polémica votação no Parlamento:

- EurActiv: [Parlamento dividido vota contra reforma do mercado de carbono da UE](#)
- Político: Principais [propostas sobre o clima não são aprovadas pelo Parlamento Europeu](#)

### **Fim dos carros com motor de combustão em 2035?**

Na mesma sessão de 8 de junho, os eurodeputados apoiaram outra proposta da Comissão sobre [a proibição da venda de novos veículos com motor de combustão](#) nos 27 Estados-Membros a partir de 2035. A proibição proposta foi imediatamente alvo de fortes críticas por parte da indústria automóvel alemã.

### **Taxonomia Verde – o gás e o nuclear são investimentos sustentáveis?**

Em 14 de junho, os membros da Comissão do Ambiente e da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu [rejeitaram os planos da Comissão](#) de incluir as atividades do gás e da energia nuclear na "[taxonomia verde](#)". A [resolução](#) aprovada por estas comissões irá agora para a sessão plenária de julho, onde será necessária uma maioria absoluta (353 deputados) para que a Comissão altere ou retire a sua proposta original.

Outras leituras sobre a Taxonomia podem ser encontradas em nosso [GreenReads anterior](#) no boletim de fevereiro.

### **Será que a Austrália vai levar a sério as alterações climáticas?**

As esperanças dos ativistas climáticos globais aumentaram no mês passado, quando as eleições parlamentares australianas levaram a uma mudança de governo. Com a tomada de posse do governo trabalhista do primeiro-ministro Albanese, a Austrália passará de retardatária climática a líder climática?

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Aceda à versão original Aqui.](#)

# CNADS

## Comunicado do CNADS relativo à comemoração dos 50 anos da Conferência de Estocolmo

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável aprovou, por unanimidade, na 4ª Reunião Ordinária do CNADS em 2022 o [Comunicado relativo à comemoração dos 50 anos da Conferência de Estocolmo](#).

Publicação com o Apoio de:



[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by  
mari

[VerifiedUnsubscribe<sup>SM</sup>](#) [Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)

